

REFLEXÕES DA APRENDIZAGEM COGNITIVA IDIOSSINCRÁTICA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Autor (Tatilene de Souza Cassiano); Co-autor (Clara Viviane Claudino Henriques);
Orientador (Lorena Bandeira Melo de Sá)

Centro Universitário Maurício de Nassau: clara.viviane@hotmail.com; lobandeira@hotmail.com;
tatilene@hotmail.com

Resumo: A Educação de Jovens e Adultos (EJA), trata-se de um recurso de Política Pública com o objetivo de incluir pessoas com idade, a partir dos 17 anos, que não estejam em prática escolar educativa e que não continuaram na escola até a sua finalização básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio), por algum motivo, teve o seu percurso interrompido ou devido a algum tipo de deficiência, que colocaram em um nível considerado antes, como fora da faixa etária de escolarização, necessitando estes de uma prática escolar inclusiva que os exclua da pejoratividade da educação cognitiva idiossincrática. Foi realizado uma revisão integrativa sobre a temática, utilizando os bancos de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) para categorização das análises. Este estudo tem o objetivo de trazer reflexões sobre a prática de inclusão escolar em pessoas com as mais variadas deficiências na Educação de Jovens e Adultos (EJA), identificar dentre os achados científicos, contribuições dessa modalidade de ensino para a aprendizagem cognitiva idiossincrática desses alunos, desmistificando o aprendizado dessa categoria de ensino como pejorativo, por não acompanhar uma sincronia de evolução cognitiva com a escola regular, mas validar sua perspectiva de progresso com a contribuição do aluno, da família e dos professores, em meio a tantas evoluções que o sistema educacional necessita para o avanço desse processo.

Palavras-chave: EJA, inclusão, educação, deficiência.

Introdução

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), preconiza a aprendizagem cognitiva de pessoas nomeadas como fora da faixa etária de escolaridade, sendo estes retirados do ensino regular e/ou inseridos em prática educativa paralela, possuindo também uma proposta para inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência, que foram pejorativamente vistas como um fracasso escolar e totalmente excluídas do processo de aprendizagem, conforme menciona Haas e Gonçalves (2015).

Laplane (2014) destaca o percurso de como aconteceu essa luta pelos direitos e reivindicações das pessoas com deficiência, desde a ingressão na escola, sua permanência e evasão escolar. Inicialmente as pessoas com deficiências não possuíam acesso à escola regular e muito menos a práticas escolares inclusivas, com o passar do tempo e com as lutas pelos seus direitos, as pessoas com deficiência conseguiam o acesso a escola na educação escolar,

recursos como a tecnologia assistiva e professores capacitados, porém a manutenção de toda essa rede é lenta e não tanto progressiva, pois muitos professores não estão em formação continuada em educação especial e as ferramentas e estratégias de ensino são limitadas. Sem práticas escolares inclusivas, a permanência das pessoas com deficiência em escolas regulares sem preparo se torna cada vez mais difícil e a evasão escolar aumenta, fator muito relevante pois existe até um número relevante de crianças com deficiência matriculadas, mas existe uma permanência e progressão nesse estudo na escola regular, fazendo com que esse indivíduo saia da escola regular sem práticas escolares inclusivas e em um segundo momento procure um EJA ou instituições especializadas para dar continuidade aos seus estudos.

Brito, Campos e Romanatto (2014), discorrem acerca da temática da EJA e de como ela deve estar inserida dentro do mecanismo de aprendizagem, valorizando o aluno e seus conhecimentos trazidos na sua vida, potencializando suas habilidades preparando este também para participação ativa na sociedade, sem infantilizar o ensino e os alunos e sempre adequando a realidade a realidade do aluno, fortalecendo seu aprendizado, de forma científica mas contextualizada para o aluno inserido na EJA.

Conforme Arruda e Castanho (2014) relatam, a inclusão é um recente termo e mais adequado em seu significado, pois trata-se de uma prática educativa, onde todos com as diferenciadas deficiências fazem parte, como também os que não possuem nenhum tipo de deficiência, pois esta oportunidade inclusiva, independente de sua idiossincrasia humana, raça, cor, religião ou gênero, são favorecidos no participar das diferenças e proporcionam as mais variadas subjetividades humanas nas relações interacionais.

Sendo assim, justifica-se uma reflexão sobre a adesão desse público alvo nas instituições escolares que, além de antes, considerados fora de idade própria de aprendizagem escolar, possuem algum tipo de deficiência e merecem receber as devidas atribuições práticas específicas de instrução escolar, conforme a lei 13.146/15, que trata da inclusão da pessoa com deficiência (Brasil, 2015) e em seu capítulo IV, explica sobre as atribuições de direito a educação. Pretende-se com esse estudo, demonstrar através da revisão integrativa, um retrato do desenvolvimento e evolução das pessoas com deficiência na educação do EJA, desmistificando a forma pejorativa de classificação desses alunos, dignos de receberem educação especializada, de acordo com sua idiossincrasia, não havendo um padrão de aprendizagem unânime, mas validar seu tempo e fase de construção do saber, demonstrado pela execução do programa EJA, que o ser humano não pode ser limitado em suas potencialidades, mas, devem ser estimulados de forma individual, para que atinja seu ápice de evolução cognitivo.

Portanto, como perceber a educação inclusiva de pessoas com deficiência no EJA, desmistificando uma visão pejorativa e infantilizada de acompanhamento cognitivo e científico, diferenciado do padrão de aprendizagem regular como uma perspectiva de avanço na educação de jovens e adultos?

Objetiva-se no corrente trabalho, verificar subsídios do sistema que contribuem para a inclusão do aluno com deficiência no ambiente escolar, identificar na família a perspectiva de aprendizagem para o aluno com deficiência e investigar na percepção desse aluno, contribuições que os motivam a permanecer no EJA ou educação inclusiva. Concluindo com as eventuais respostas identificadas nos achados investigados com a temática.

Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa, a produção do presente trabalho ocorreu no período de Junho de 2018. Os critérios de inclusão para escolha dos artigos para a análise categorial foram artigos publicados com validade dos últimos 5 anos, sendo de 2013 a 2018, antecedentes ao ano de produção do vigente trabalho, em idioma português, inglês e espanhol, que abarcam a temática sobre inclusão e pessoas com deficiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo excluídos da amostra artigos que não contemplem a validade do período de inclusão pesquisado e que não tratam sobre a temática de inclusão e pessoas com deficiência na EJA. Investigação realizada na base de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e nos Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC).

Para realização da busca inicial, foram utilizados no banco de dados SciELO, os descritores: EJA, deficiência e inclusão. Para o descritor EJA, encontram-se 94 artigos disponíveis, quando refinado com o descritor deficiência, encontram-se 6 artigos disponíveis, dos quais, após leitura na íntegra, foi excluído 1 artigo e foram selecionados 5 para participar da análise de amostra da pesquisa, com o descritor EJA refinado ao descritor inclusão, foram identificados 9 artigos, dos quais, foram excluídos da amostra 8 artigos e eleito 1 para compor a análise do trabalho. No PePSIC, os descritores foram: deficiência, educação e educação inclusiva. Para o descritor deficiência, aparecem 279 artigos disponíveis, refinado com o descritor educação, encontram-se 85 artigos, dos quais, 2 foram selecionados de acordo com os critérios de inclusão para compor a análise de amostra, com o descritor deficiência refinado com o descritor educação inclusiva, demonstram-se 12 artigos disponíveis, sendo apenas 1 selecionado para compor a amostra da pesquisa. Estes descritores também foram utilizados como palavras-chave do resumo.

Resultados e Discussão

Para composição desta pesquisa integrativa, resultou-se em 6 artigos do banco de dados da SciELO sobre estudos de cunho qualitativo e com bases teórica. No banco de dados PePISIC, foi selecionado 1 artigo de composição qualitativa e de campo, conforme descrito na tabela abaixo. Mediante o processo de categorização de análises teóricas, foram identificadas as seguintes: (1) Favorecimentos do sistema de planejamento para inclusão escolar, (2) Motivações contra evasão escolar nas escolas, (3) Capacitação de habilidades Sociais, (4) Profissionais especializados.

Tabela demonstrativa de artigos eleitos para anatomizar o conteúdo através da base de dados

Gênero de estudo	Título	Ano	Revista	Autores	Banco de dados
Pesquisa Documental	Em Tempos De Democratização Do Direito À Educação: Como Têm Se Delineado As Políticas De Acesso À Eja Aos Estudantes Com Deficiência No Rio Grande Do Sul?	2015	Revista Brasileira de Educação Especial	Clarissa Haas; Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves	SciELO
Pesquisa de Campo	Fatores Determinantes Ao Ingresso De Alunos Com Deficiência No Ensino Médio	2017	Psicologia da educação	Laura Borges; Juliane Aparecida de Paula Perez Campos	SciELO
Pesquisa de campo	Percurso Escolar de Estudantes com Deficiência na Educação de Jovens e Adultos, Nível Ensino Médio	2018	Revista Brasileira de Educação Especial	Graciliana Garcia Leite; Juliane Aparecida DE Paula Perez Campos	SciELO
Pesquisa de Campo	Educação de jovens e adultos deficientes mentais: reflexões sobre a permanência na escola especial	2014	Construção Psicopedagógica	Irene Vicente de Arruda; Marisa Irene Siqueira Castanho	Pepsic
Pesquisa de Campo	Esse É O Meu Lugar... Esse Não É O Meu Lugar: Inclusão E Exclusão De Jovens E De Adultos Na Escola	2013	Educação & Sociedade	Sônia Maria Schneider; Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca	SciELO
Pesquisa de Campo	Condições Para O Ingresso E Permanência De Alunos Com Deficiência Na Escola	2014	Caderno CEDES	Adriana Lia Frizman de Laplane	SciELO
Pesquisa de campo	Ensino da matemática a alunos com deficiência intelectual na educação de jovens e adultos	2014	Revista Brasileira de Educação Especial	Jessica de Brito; Juliane Aparecida de Paula Perez Campos; Mauro Carlos Romanatto	SciELO

Fonte: Elaboração Própria

Inicia-se a discussão das categorizações quando, Haas e Gonçalves (2015) percebe que a dita expressão clínica de “tipologia da deficiência” conduz para o aumento de matrículas no EJA especial, comparado às matrículas no EJA comum, de pessoas com deficiências. Só em 2010, houve o aumento de vagas para esta modalidade em escolas comuns, para pessoas com deficiência, que nesse caso, melhor entendido como inclusão na escola básica de ensino. O autor também expressa que o fundo de investimentos na rede pública de vagas é limitado, sendo constatado o maior número de matrículas em EJA especial, no setor privado e menciona que o setor público ainda está, comparado a este, em situação inferior.

Borges e Campos (2017) identificam em sua pesquisa, na fala dos alunos com deficiência que fazem parte da educação inclusiva, aspectos positivos tais como, auxílio para aprendizagem de amigos na escola, socialização, incentivo dos pais, ensino diferencial do professor, e material didático singular que contribuíram para que estes, ingressassem no Ensino Médio, para os pais, a motivação de continuidade da educação dos filhos, surgem da vontade que eles têm de aprender coisas novas, por reagirem com êxito nas atividades e também pelo suporte que a escola proporciona para uma aprendizagem cognitiva nos seus aspectos positivos, ou seja, de forma espontânea por parte do aluno, por imposição da família ou incentivo das escolas, estes são pilares que auxiliam contra evasão escolar, proporcionando um bom desempenho cognitivo nos alunos com deficiência.

Schneider e Fonseca (2013) a partir da visão de alunos e professores, discorrem sobre o planejamento sistemático da EJA, esse tipo de educação inclusiva vem sendo discutida recorrentemente pois é um aspecto muito complexo, definir e delinear idade a EJA faz com que exista uma conflitiva de qual propósito real do EJA, adolescentes que não tem mais idade para estarem em ensino fundamental ou adultos que não conseguiram concluir seus estudos em uma cronologia de idade e série. É necessário que exista essa prática educacional inclusiva, pois de acordo com essas práticas e que a EJA se torna de fato uma ferramenta inclusiva tanto para jovens quanto adultos, sem conflitiva de delimitação de idade, a troca de saberes também é permeada pela troca de vivências, frisando o fato de que a situação ao contaria acontece na sala de aula do ensino regular, onde todos tem idades parecidas e estão na série correspondente. A EJA entra nessa perspectiva de educação inclusiva, quebrando barreiras e paradigmas para uma educação mais inclusiva e acessível a todos.

Leite e Campos (2018) identificou em sua pesquisa, por parte dos alunos com deficiência, associações positivas em relação á prática inclusiva na EJA, relatado por eles que no seu ingresso ao ensino, sentiam insegurança mas no decorrer do tempo, conseguiram perceber suas potencialidades, intensificaram suas habilidades sociais, e que há necessidade de que no processo educacional, sejam utilizados para cada etapa, materiais adequados que favoreçam na motivação e também que se possa contar com profissionais que investem em novas práticas de ensino, para a permanência dos alunos, na ingressão á EJA e que refletem em suas expectativas posteriores á conclusão e ao trabalho.

Para Laplane (2014) existem sim em processo de crescimento políticas inclusivas dentro da escolarização, porém apesar das leis e dos direitos conquistados ainda existe uma certa “lentidão” para ascensão para essa progressão da inclusão escolar. Muitas crianças estão matriculadas no ensino fundamental, porém no ensino médio e profissional esse número

decrece e resulta que muitos deixam a escola muitas vezes por falta de práticas inclusivas no processo de ensino-aprendizagem e posteriormente em um segundo momento das suas vidas ingressam em EJA ou em instituições especializadas para dar continuidade aos seus estudos.

Arruda e Castanho (2014) encontra em sua pesquisa contribuições de um trabalho especializado de ensino, por parte do profissional, a partir da ideia de inclusão, que nesse caso é uma aprendizagem para todos, incluindo pessoas com diversas intensidades de deficiência e com nenhuma deficiência também, para que todos compreendam e ampliem a visão que não existe uma única forma do saber e quando o profissional também é especializado, pois conduzirá ao ensino subjetivo, de acordo com as experiências apresentadas no processo individual, respeitando as limitações e trabalhando para autonomia dos mesmos.

Brito, Campos e Romanatto (2014) pontuam o quanto é importante não infantilizar o aluno da EJA, entendendo que estes precisam de um ensino mais voltado para as suas habilidades e realidade, mas não deixando de lado a preparação de cunho científico para uma futura vida acadêmica ou não, preparando também esse aluno para participar ativamente da sociedade exercendo sua cidadania. É necessário destacar a importância de um profissional capacitado para ser professor da EJA, possuindo uma formação continuada em educação especial e que integre os conhecimentos trazidos por esses alunos as práticas educativas inclusivas.

Conclusões

Intensificar na prática as políticas públicas relacionadas à inclusão das pessoas com deficiência, dentro do ambiente escolar para a educação de jovens e adultos, é a maneira mais simplória de priorizar a educação daqueles que por algum motivo ou consequência afastou-se da trajetória de acadêmica, ainda mais quando preocupa-se em cumprir com o dever legal de incentivar e estimular a inclusão na educação para pessoas com as mais diversificadas deficiências, sem se preocupar com os índices brasileiros que segregam em níveis de desenvolvimento, segundo a forma e as limitações do aprender, respeitando a individualidade de cada pessoa, fazendo-se participante do processo de prática inclusiva, para haver trocas de conhecimentos entre todos de forma mais humanizada cumprindo assim o dever da educação para todos.

Embora no sistema haja limitações de investimento público, para muitas vezes garantir um ambiente adaptado, tecnologia assistiva e outras ferramentas de ensino e de auxílio a pessoa com deficiência tem-se buscado na prática, exercer um papel eficaz dos profissionais envolvidos no ambiente escolar, mediante esses desafios de propiciar uma

aprendizagem válida para suprir as demandas da prática inclusiva educacional para o aluno com deficiência. Desse modo, ao perceber que olhando para o processo de ensino-aprendizagem independente que quem esteja recebendo a oportunidade da educação, independente da deficiência, deve-se acreditar na idiosincrasia humana e focar nas potencialidades que cada um tem de existir e de desenvolver-se e aprender a todo momento.

Referências

ARRUDA, Irene Vicente de; CASTANHO, Marisa Irene Siqueira. Educação de jovens e adultos deficientes mentais: reflexões sobre a permanência na escola especial. **Constr. psicopedag.**, São Paulo , v. 22, n. 23, p. 59-71, 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542014000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 jun. 2018.

BORGES, Laura; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. Fatores determinantes ao ingresso de alunos com deficiência no ensino médio. **Psicol. educ.**, São Paulo , n. 44, p. 79-91, jun. 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752017000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.5935/2175-3520.20170008>.

BRITO, Jessica de; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez; ROMANATTO, Mauro Carlos. Ensino da matemática a alunos com deficiência intelectual na educação de jovens e adultos. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 20, n. 4, p. 525-540, dez. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000400005&lng=pt&nrm=iso> . acessos em 19 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000400005>.

HAAS, Clarissa; GONCALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. EM TEMPOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: COMO TÊM SE DELINEADO AS POLÍTICAS DE ACESSO À EJA AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL?. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 21, n. 4, p. 443-458, dez. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382015000400443&lng=pt&nrm=iso> . acessos em 19 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382115000400009>.

LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. CONDIÇÕES PARA O INGRESSO E PERMANÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 34, n. 93, p. 191-205, maio 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622014000200191&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622014000200004>.

LEITE, Graciliana Garcia; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. Percurso Escolar de Estudantes com Deficiência na Educação de Jovens e Adultos, Nível Ensino Médio. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru , v. 24, n. 1, p. 17-32, mar. 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-



III CINTEDI

[65382018000100017&lng=pt&nrm=iso>](http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382418000100003). acessos em 19 jun.
2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382418000100003>.

SCHNEIDER, Sônia Maria; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. Esse é o meu lugar... esse não é o meu lugar: inclusão e exclusão de jovens e de adultos na escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 122, p. 227-244, mar. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000100013&lng=pt&nrm=iso. acessos em 19 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000100013>.